

## LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO À CRIANÇA: COMPARAÇÃO ENTRE OS CASOS RUSSO E TCHECO

Victoria SCHMIDT\*

**Resumo:** Uma proteção eficiente à criança é vista como o mecanismo para o alcance do equilíbrio entre a segurança da criança e os valores de autonomia familiar em práticas de intervenção junto às crianças e pais. A intervenção é dividida em vários estágios: Trabalho preventivo com famílias e crianças, tratamento de crise e atenção pós-crise. A consistência entre os estágios é definida como o critério-chave para a eficiência da intervenção. Os três elementos regulatórios da proteção legal à criança: responsabilidade dos serviços de assistência, situação legal da criança e ordem legal da tomada de decisões são identificados como a estrutura principal para uma proteção eficiente à criança, as falhas desses elementos regulatórios nas legislações Tcheca e Russa são exploradas no contexto das questões contemporâneas relativas à proteção infantil.

**Palavras-chave:** Proteção à criança. Segurança da criança. Autonomia da família. Intervenção preventiva. Tratamento de crise. Variedade na colocação de crianças.

**Abstracts:** Efficient child protection is viewed as the mechanism for achieving balance of child safety and family autonomy values in practice of intervention with children and parents. Intervention is divided into several stages: preventive work with families and children, crisis treatment and after crisis care. The consistency among stages is defined as the key criterion of intervention efficiency. Three elements of child protection legal regulations, public services' responsibility, legal status of child and legal order of decision making are justified as main frames for efficient child protection, and shortcomings of these regulations in Czech and Russian legislation are explored in context of contemporary issues of child protection.

**Keywords:** Child protection. Child safety. Family autonomy. Preventive intervention. Crisis treatment. Child placements' variety.

*Recebido em 09.05.2010. Reformulado em 20.06.2010. Aprovação final em 11.07.2010.*

---

\* Graduated in Psychological Sciences. Doctoral student of Masaryk University, Czech Republic.  
E-mail: schmidtвика@yahoo.com

### **Necessidade de uma abordagem sistêmica para a questão da proteção à criança.**

Muitos países enfrentam o problema de um número enorme de crianças em instituições. Duas explicações comuns para essa tendência são amplamente divulgadas ao público e aos profissionais envolvidos: A falta de um trabalho preventivo e a falta de alternativas de tratamento residencial. Mas o processo de tomada de decisão a respeito da remoção da criança da família biológica é geralmente excluído da discussão sobre reformas nos procedimentos de proteção à criança. Ao mesmo tempo, a assistência às famílias biológicas e/ou famílias substitutas e a assistência à criança são freqüentemente vistas como partes separadas (e algumas vezes, contrárias) da Política de Proteção à Criança (*CPP-Child Protection Policy*). No entanto, essas áreas são ligadas pela intervenção nas famílias. É razoável ver a política de proteção infantil em países com um grande número de crianças em instituições como uma continuidade dos seguintes estágios:

- Prevenção de crises familiares e remoção da criança da família (apoio à família em suas necessidades e implantando políticas gerais de fortalecimento familiar);
- Intervenção em crise (intervenção na família em caso de ameaça direta à segurança da criança);
- Atenção pós-crise (atenção pós-intervenção à criança colocada em lar de atenção ou família temporária; processo

de adoção; reunificação familiar após remoção da criança).

A Tabela 1 apresenta uma descrição detalhada desses estágios. Uma *CPP* eficiente é identificada por uma alta consistência entre esses estágios. A consistência nesses estágios baseia-se em vários pontos: Manutenção das possibilidades de se voltar ao estágio de trabalho preventivo após a crise e reunificação da família; tomada de decisões durante a intervenção na crise que levam em consideração os esforços anteriores para tratar as famílias; indicação, o quanto antes, de um local de permanência de longo prazo para a criança retirada da família.

O grau de continuidade entre estágios depende dos valores dominantes da *CPP* atual: segurança da criança e autonomia da família. A segurança da criança inclui vários pontos: prevenção de abuso e negligência à criança, manutenção de um alto padrão de atenção às necessidades da criança (primeiramente, serviços de saúde e educação) e implementação do direito da criança de ser ouvida. A autonomia da família significa que os pais são flexíveis no planejamento e cumprimento de seus deveres na criação dos filhos: Eles têm direitos iguais no cuidado às crianças e acesso a uma variedade de serviços de assistência para a escolha da trajetória educacional e de diferentes maneiras de resolver diferentes questões, além de serem protegidos de intervenções opressoras. Nem a segurança da criança, nem a privacidade e autonomia tem um papel predominante na tomada de decisão ideal. No cenário "ideal" de proteção à criança, os dos valores devem ser

levados em consideração. O principal efeito de tal política é a manutenção do equilíbrio entre a segurança da criança e o respeito à privacidade da vida familiar. O principal dilema de uma política de proteção à criança é definir o que é mais importante em caso de dúvida: manter a privacidade e a autonomia da família ou implementar a intervenção para garantir a segurança da criança, em detrimento da privacidade. Tal dilema pode ser resolvido com sucesso no contexto de tal política. Entretanto, a maior parte das atuais tentativas de se estabelecer um trabalho sustentável tem enfrentado enormes dificuldades.

Em muitos países, a intervenção na família é, na maioria das vezes, focada no tratamento da crise. A crise familiar evidencia que estágios anteriores de intervenção na família, foram insuficientes ou apresentam falhas em diferentes níveis profissionais (políticas estaduais, deficiências das autoridades regionais, serviços de assistência particulares e erros de especialistas). Assim, o papel da regulamentação da intervenção em crises é complicado. Elas devem determinar regras distintas para serviços de assistência e especialistas relacionados aos princípios de:

- Prevenção de um excesso de intervenção dos serviços de assistência;
- Garantia da prontidão do tratamento;
- Transparência das estratégias de intervenção (critérios claros de identificação de ameaça, limites para possíveis e necessárias violações de privacidade familiar, etc.)

A regulamentação de ações de serviços de assistência que lidam com crises de

família são internamente contraditórias porque esses serviços enfrentam ambos os riscos a seguir: o de chegarem tarde demais e o de demandarem iniciativas demais. Os procedimentos de avaliação de serviços de assistência e profissionais devem ser introduzidos na lei devido à natureza ambivalente da intervenção na família. A legislação deve promover critérios para a avaliação das ações prévias dos serviços de assistência implementadas para a prevenção de crises. Dessa forma, a eficiência da intervenção em crises articula-se com estágios prévios e posteriores do tratamento familiar. A adequação da remoção da criança; a opção escolhida para a colocação tanto temporária, quanto a longo prazo; a redefinição dos direitos e responsabilidades dos pais são tipos de decisão inevitáveis na intervenção em crises e devem ser realizados no contexto da avaliação dos eventos dos estágios prévios e do planejamento dos estágios seguintes. Na legislação, a continuidade entre os diferentes estágios deve ser refletida através da definição das responsabilidades dos serviços de assistência em cada passo da intervenção com as famílias. O equilíbrio entre as responsabilidades da família e dos serviços de assistência seria alcançado apenas se a intervenção na crise puder ser vista como um dos estágios da intervenção na família.

### **Proteção à criança em países pós-transição: Ilusão de foco em reformas?**

Os países do centro-leste europeu (CEE) vêm lutando contra a “orfandade” nos

últimos vinte anos<sup>2</sup>. A definição de “*orfandade*” não representa nada para a Europa Ocidental – talvez, apenas instituições de caridade e parceiros de projetos internacionais entendam o conteúdo desse conceito. *Orfandade* origina-se da palavra grega “*orphan*” e denota a tendência social na qual um grande número de crianças não tem acesso à atenção familiar apesar de seus pais estarem vivos. Na maioria dos países esse conceito não é utilizado, mas na Rússia e outros países anteriormente socialistas, a questão da “*orfandade*” é bastante popular. É possível comparar “*orfandade*” com o conceito de “*deficiência*” – ambos foram construídos pela sociedade e por acadêmicos sob influência de estereótipos e prescrições em relação a crianças sob cuidados, instituições, especialistas envolvidos em políticas públicas, etc. Esse conceito é focado na intervenção durante crises e pós-crisis e ameniza a questão das responsabilidades dos serviços de assistência em estágios anteriores. A abordagem da orfandade opõe-se à colocação em famílias substitutas e um sistema de lares de atenção. A primeira opção é vista como um bem incondicional para as crianças, mas a segunda é vista como a materialização do mal. Essa posição não se sustenta como alternativa a formas públicas de Políticas de Proteção à Criança (CPP) porque a estigmatização das instituições produz muitos estereótipos que dizem respeito diretamente às crianças que experimentam essa assistência.

---

<sup>2</sup> Tobis D. (2000) Moving from Residential Institutions to Community-Based Social Services in Central and Eastern Europe and the Former Soviet Union, The World bank, Washington D.C.

A colocação familiar, a adoção definitiva e o lar provisório tornam-se prioridade na luta contra a orfandade, mas a queda no número de remoções e um crescente número de reunificações familiares como indicadores de prevenção da “*orfandade*” faz com que eles permaneçam distantes das políticas de atenção à família. As estatísticas de países da antiga União Soviética e de alguns países do centro-leste europeu evidenciam que a luta contra a orfandade não fez diminuir o número de crianças em instituições – em países como a Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Rússia, nos últimos quinze anos, o número de crianças em instituições tem aumentado. A evidência adicional de CPPs insuficientes é o aparecimento de denúncias contra esses países na Corte Européia de Direitos Humanos (CEDH) relacionadas a questões de remoção de crianças e sua colocação em instituições<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Annual report 2001, Registry of European court of Human rights, Strasburg, 2002, p. 45; Annual report 2002, Registry of European court of Human rights, Strasburg, 2003, p. 65; Annual report 2004, Registry of European court of Human rights, Strasburg, 2005, p. 73

**Tabela 1 – Estágios de intervenção junto a crianças e famílias**

Critérios	Estágios		
	Trabalho preventivo	Intervenção em crise	Atenção pós-crise
Objetivos e resultados	Interromper o agravamento das condições de vida da criança, garantir o fortalecimento familiar e melhorar o relacionamento entre crianças e famílias, prevenir a colocação das crianças no sistema de lares de atenção.	Preservar a vida e a saúde da criança; tomar decisões básicas a respeito da situação da criança e dos direitos dos pais no contexto do que for melhor para a criança.	Colocação da criança em família substituta como prioridade, no caso de impossibilidade de reunir os laços desfeitos na família biológica. Reabilitação da criança, pais e o que os cerca
Equilíbrio entre a segurança da criança e a autonomia da família.	A autonomia da família é a prioridade das atividades dos serviços de assistência, a intervenção indireta é predominante: Uma grande variedade de serviços e tipos de assistência é acessível.	A tomada de decisão leva em consideração o conflito entre a segurança da criança e a autonomia da família através de procedimentos de contestação, determinações legais ou negociações, assim como os esforços por parte dos serviços para manter a intervenção voluntária.	Abrigo (lar de atenção, lar provisório) que melhor ofereça segurança no sentido de uma abertura ao controle público e participação dos profissionais na vida da família e na vida da criança, ou outros que sejam focados na autonomia famílias (cuidado por parentes e adoção)
Participação dos serviços (grau de intervenção)	A intervenção é voluntária e poderia ser implementada em concordância com a família. Intervenção indireta predomina: Através do trabalho com profissionais e membros de famílias da vizinhança da criança.	De acordo com a promotoria pública e outros serviços, os serviços sociais têm uma autonomia significativa para a tomada de decisões, incluindo o tratamento involuntário ou o fornecimento de argumentos para tal tratamento. Os serviços alcançam a aceitação por decisão dos pais, através de mediação e negociação ou oferecem ajuda legal para os pais em caso de desacordo da família com as estratégias de intervenção na crise.	Decisões transparentes sobre colocações permanentes são tomadas por conselhos e tribunais com indicação de possibilidades de apelação pelos pais, com um período destinado particularmente à legitimação da tomada de decisões e com condições de reiteração da decisão.
O que é regulado por lei	O direito dos Pais/representantes legais/criança de ter ajuda, assistência e aconselhamento.	Como indicar a situação como a crise que requer uma intervenção imediata (critérios e procedimentos de avaliação)	Adoção, custódia, cuidado por parentes, lar provisório e lar de atenção (com o propósito de prover os direitos da criança em igual

	Direito de rejeitar a assistência oferecida, coletando informações sobre crianças e famílias em risco. Legitimação de famílias e crianças em critérios de risco	Remoção da criança das famílias (procedimentos de decisão e critérios) Avaliação da atividade dos serviços em estágios anteriores como fator de agravamento da situação Abrigo de curto prazo e temporário da criança depois da remoção Serviços sociais e comunicação com os tribunais Ordem legal e administrativa da tomada de decisões. Limitação dos direitos dos pais Definição da comunicação entre a criança e os pais durante o processo de tomada de decisões.	nível em cada tipo de abrigo) Comunicação entre a criança e os pais biológicos no caso da colocação da criança em família substituta ou instituição. Controle público de instituições do tipo <i>lar de atenção</i> .
Tipos de serviços	Serviços de visitação família, variedade de centros educacionais para crianças com necessidades especiais (inclusão em escola regular em vez de internatos) mediação e penas alternativas (serviços comunitários) para menores de idade em conflito com a lei ao invés de instituições correcionais.	Centros para moradia temporária, abrigos, lares provisórios, serviços de avaliação .	Vários tipos de lares de atenção, serviços para suporte a famílias substitutas, incluindo preparação e posterior acompanhamento dessas famílias

Mais de 35 casos com indicação de remoção legal ou ilegal foram comunicados pela CEDH e, em sua maioria, foi decisão do tribunal violar o direito ao respeito à vida privada e familiar. Os julgamentos desses casos enfatizam a questão da falta de um trabalho preventivo com as famílias – critério que foi introduzido pelo tribunal na avaliação dos casos. Todos esses países vêm produzindo várias mudanças

na legislação nos últimos anos e o impacto dessas mudanças na CPP deve ser avaliado. Há dois julgamentos contra a República Tcheca: No caso *Wallov e Walla v. República Tcheca*, 2006, a inadequação da remoção das crianças das famílias por questões financeiras foi estabelecida e a colocação de crianças romenas em instituições (D.H. e Outros v. República Tcheca, 2007) foi apontada como discriminação contra uma minoria

étnica. Ambos os casos enfatizam falhas óbvias nos procedimentos de intervenção em crises e uma estreita gama de medidas de trabalho preventivo com as famílias. Apesar das intenções dos atores internacionais, a situação pode ser caracterizada como crítica: O número de crianças em colégios internos não diminuiu tanto quanto as intervenções para a remoção de crianças visavam. No começo de 2010, a Rússia foi julgada pela CEDH pelo caso *Kuimov*, sobre a ilegalidade da extinção do direito dos pais de ser contra o tratamento médico a que a criança teria que ser submetida.

Em países desenvolvidos, o ciclo de três estágios de intervenção na família também não opera com eficiência suficiente. Ninguém discorda que é melhor prevenir a intervenção em crises do que ter que recorrer a ela, mas não há qualquer país, qualquer serviço social, ou qualquer política de perfil familiar que tenha conseguido resolver totalmente essa questão. O Reino Unido introduziu uma nova legislação com base na Convenção Européia de Direitos Humanos, em 1998, e transformou a prática de intervenção nas famílias de acordo com novos valores e princípios e, depois de 7 anos, os profissionais de serviço social tornaram-se críticos do sistema por falta de tratamento em tempo<sup>4</sup>. A nova legislação e um planejamento relevante de serviços falharam na tarefa de manter um

equilíbrio na solução do dilema “privacidade v. segurança”. Nos estados Unidos, o decênio da dominância de serviços centrados na família terminou dramaticamente em 1998, quando a nova lei rejeitou uma política prévia mais branda em relação a pais e famílias (STEIN, 1996). A análise das contradições de ambas as reformas produz o entendimento de que novas abordagens não são o caminho para a política social, mas não podem ser uma abordagem universal para implantação da CPP<sup>5</sup>.

A tarefa de minimizar a necessidade de intervenção na crise como principal fonte de um crescente número de crianças assistidas pode ser resolvida apenas no contexto da melhora do ciclo de intervenção na família em cada estágio. A presença de regulamentação é necessária, mas não é condição suficiente para melhor prover uma política de proteção à criança. Mas e se as deficiências começam logo no início, como falhas na legislação, quais seriam as conseqüências para a prática? Qual o impacto da regulamentação na consistência da intervenção familiar? O que deveria ser regulamentado pela legislação em cada estágio? Quais são as conseqüências das deficiências na legislação? Este artigo tem como objetivo encontrar respostas para essas perguntas na Rússia e República Tcheca contemporâneas.

Ambos os países apresentam as maiores taxas de crianças colocadas em

<sup>4</sup> Stein T.J. The adoption and safe families act: Creating a false dichotomy between parents' and children rights //Families in societies: The journal of contemporary human services, vol.81, Number 6, p. 586-592

<sup>5</sup> Henricson C. Governing parenting: is there a case for a policy review and statement of parenting rights and responsibilities? //Journal of law and society, Vol.35, No 1, March 2008, pp.150-165

instituições nos últimos dez anos em seus grupos geopolíticos (na República Tcheca entre os países da Europa Central, aproximadamente 6 crianças em cada 1000 menores de idade foram colocadas em lares de atenção e na Rússia, entre os países da antiga União Soviética, 12 em cada 1000 crianças e adolescentes estão em instituições). No período entre 1995-1999, a quantidade de pais que tiveram seus direitos extintos na República Tcheca cresceu rapidamente, de 128 pessoas em 1995, para 311 em 1999. No mesmo período, o número de casos de custódia de parentes crescia, mas não foram desenvolvidas outras modalidades de família substituta. Depois da aceitação da nova lei a respeito da proteção social e legal de crianças no fim de 1999, nos três anos seguintes, o número de extinções de direitos dos pais caiu, mas em 2003, esse número rapidamente cresceu, assim como o número de crianças colocadas em instituições. A implementação da limitação dos direitos dos pais pelos tribunais foi 6-7 menos freqüente que a extinção desses direitos no período entre 1994 e 2007<sup>6</sup>. Os dados estatísticos fornecem um entendimento preliminar da natureza supérflua das ações dos serviços de assistência na Rússia moderna. O número de crianças cujos pais tiveram seus direitos extintos vem crescendo desde 1996, na Rússia. Em 1996, o número de crianças cujos pais perderam seus direitos consistia de 46526 pessoas e em 2006 esse número era de 74141. 70% dessas crianças perderam ambos os pais. Dentre elas, pouco mais de 10% foram removidas por estarem em

situação de risco direto de segurança e saúde. Apenas 4% dos pais perderam seus direitos por abuso e violência física contra a criança. Assim, a maioria das extinções dos direitos dos pais na Rússia moderna tem ligação com o primeiro dos fundamentos do Código da Família Russo, ou seja, não cumprir com as obrigações paternas básicas (Agência Federal de Educação Russa, 2007). Este artigo argumenta que o caráter supérfluo dos serviços de assistência é um dos fatores básicos para o número crescente de crianças assistidas na Rússia moderna. Os critérios para a avaliação dos pais tanto na legislação da Rússia quanto da República Tcheca são baseados em questões morais, mas a legislação tcheca enfatiza o relacionamento entre crianças e pais como o fator chave para o julgamento legal<sup>7</sup>.

Em ambos os países, o objetivo de reduzir o número de crianças em instituições pode ser considerado uma questão nacional. Muitas tentativas foram implementadas para tal objetivo, mas todas falharam. No entanto, não somente questões comuns e atuais justificam a relevância dessa comparação. Nesses países, há tanto similaridades quanto diferenças. Em suas reformas, a República Tcheca e a Rússia se concentram na transformação dos lares de atenção e carecem de mudança em relação aos procedimentos decisórios de intervenção em crises. Ao mesmo tempo, o tratamento positivo das famílias biológicas não está entre os

<sup>6</sup> MPSV, statistic data, 2007

<sup>7</sup> Rychlík D.(2008) Jak se změnila činnost sociálních pracovníků v sociálně-právní ochraně dětí? *Pravo a rodina*, 05, S.16

objetivos principais. Mas mesmo todas essas similaridades não oferecem a possibilidade de se desenvolver uma forma universal de reforma para esses países devido a características distintas nos sistemas de regulamentação existentes para cada estágio da proteção à criança. Os pontos a seguir mostram os principais contextos que são significativos na especificação de reformas em países com situações similares.

### **Intervenção junto à família: princípios**

A intervenção em crises é o estágio mais contraditório do serviço social com famílias em sociedades industrializadas: Os profissionais entram em conflito entre duas palavras-chave no que diz respeito à proteção da criança: segurança da criança e autonomia da família. A segurança da criança é a prioridade da intervenção na crise: a falta da personificação de modelos sociais, suspeita de abuso e negligência por representantes legais, a ausência do direito da criança de ser ouvida são argumentos para a limitação (ou extinção) de direitos e para a remoção imediata da família, além de medidas legais em relação às pessoas responsáveis pela criança. A segurança da criança é muito bem apresentada na legislação nacional de países industrializados como a base da proteção à criança. Mas ao mesmo tempo, o direito pelo respeito à vida familiar e privada devem ser levados em consideração durante a intervenção em crise. Esse direito inclui a expectativa razoável de privacidade na manutenção da confidencialidade e autonomia –

como o direito de escolher o modo de vida e do indivíduo implementar suas próprias capacidades. O artigo 8 da CEDH estipula que os estados sejam obrigados a não só prevenir a violação da vida privada, mas também aprimorar a proteção desse direito por vários serviços públicos. Intimidade, laços emocionais e afinidade são vistos como valores convencionais. No momento da remoção da criança da família, esse direito só deve ser violado na defesa do interesse da criança. Uma intervenção em crise eficiente é desenvolvida equilibrando-se entre esses valores. Os seguintes princípios de intervenção em crise são baseados no equilíbrio entre a segurança da criança e a autonomia da família:

### **Prevenção de ações desnecessárias dos serviços sociais**

Serviços sociais supérfluos produzem muitos riscos à violação do direito de privacidade e dos direitos da família. A remoção da criança da família pelos serviços de assistência no contexto de oferecer o melhor para o interesse da criança é o caso mais recorrente de violação ao direito da família, porque o laço entre a criança e os parentes (quando existente) é desfeito<sup>8</sup>. A avaliação do comportamento de risco dos pais requer competitividade de opiniões (não há monopólio para se julgar a habilidade dos pais de educar a criança) e critérios transparentes para a avaliação da habilidade dos pais. As

---

<sup>8</sup> Key case law issues (2007) The concepts of private and family life, European court of Human Rights, p 3, 4

opiniões das crianças e dos pais devem ser levadas em consideração pelos tomadores de decisão e uma abordagem participativa na tomada de decisão deve ser realizada. E a atividade prévia de serviços sociais na prevenção de aparente situação de risco deve ser avaliada como fator da crise corrente.

A *prontidão do tratamento* pode ser entendida por dois lados: de um lado, a adequação do tempo e esforços prévios de trabalho preventivo nas famílias e, de outro lado, a qualidade da coleta de dados relativos às famílias e a necessidade de assistência e monitoramento das crianças. A avaliação de esforços dos serviços prévios consiste na condição chave para o trabalho da Corte Européia de Direitos Humanos em casos referentes à violação dos direitos dos pais e o direito da criança à vida em família. A coleta dos dados deve ser baseada na colaboração entre órgãos públicos e as regras da tomada de decisões, definidas por um corpo de consultores de várias áreas, quando as atribuições relacionadas à garantia dos direitos da criança estiverem distribuídas por vários órgãos e serviços públicos.

A *transparência dos serviços de intervenção* significa que os pais têm ciência das consequências de cada opção e identificam a ligação entre seus próprios esforços e os tipos de ações do serviço social. O restabelecimento dos direitos perdidos pelos pais, a reunificação da família biológica, a proporção entre controle e apoio pelos serviços de assistência devem ser definidos na legislação e praticados na intervenção nas famílias. A transparência significa que os pais deverão ter acesso à ajuda

legal no caso de discordância com a decisão dos serviços de assistência de tirar a criança da família, intervenção involuntária junto aos pais e crianças ou limitação dos direitos dos pais.

A relação entre os princípios da prevenção de ações supérfluas e da prontidão das ações dos serviços de assistência podem ser conflitantes. Os especialistas enfrentam os seguintes dilemas: “Intervir na família ou não?”, “o que é mais perigoso para o bem estar da criança, o risco de violação do direito à vida privada em caso de intervenção, ou o risco de violência contra a criança?” Assim, há dois discursos diferentes relacionados à legislação e a prática da intervenção para tentar responder a essas perguntas. O tradicional, baseado na idéia do direito do Estado de cuidar da família em casos em que os pais não correspondem aos requisitos de “bons pais”, e o discurso pós-moderno, que reflete a abordagem humanista na intervenção na família e é determinado com base na Convenção dos Direitos Humanos e nos julgamentos da Corte Européia de Direitos Humanos<sup>9</sup>. O primeiro discurso, mais tradicional, promove a segurança da criança como o princípio básico da política em defesa infantil, mas o segundo é focado na autonomia da família. A comparação entre discursos é apresentada na Tabela 2.

Nesse contexto, o impacto da legislação na intervenção frente a crianças e famílias torna-se extremamente importante para profissionais de campo

<sup>9</sup> Moloney L.. (2008) The elusive pursuit of Solomon: faltering steps toward the rights of child. *Family court review*, vol.46, No 1, p. 39-52

do serviço social e outros profissionais da área assistencial até que o reconhecimento da diferença entre os discursos conceda os argumentos para a diversidade dos tipos de intervenção na família. Essa variedade pode ser implementada apenas no caso de uma política consistente de proteção à criança.

O discurso tradicional tem um papel muito mais significativo na maioria dos países com uma política de proteção à criança desenvolvida durante o processo de industrialização. A República Tcheca e a Rússia são similares a muito outros países no que diz respeito à predominância do discurso tradicional, mas em comparação com países desenvolvidos, o discurso pós-moderno não opera como alternativa ao tradicional, e a intervenção em famílias em crise perde o status de correta, em respeito ao direito privado e o direito de família.

### Fundamentos legais para a implementação dos princípios

A prevenção de ações supérfluas dos serviços assistenciais, a implementação de um pronto tratamento e a transparência podem ser alcançadas de três maneiras interconectadas:

- Estabelecimento de uma ordem legal para a tomada de decisões quando o tribunal ou um órgão administrativo transparente explorar o caso com participação dos pais e crianças (apoio em caso de controvérsia no processo de tomada de decisão)
- Formação da situação legal da criança, pais e serviços de assistência através do desenvolvimento de uma rede de instituições de guardiões e associações com o objetivo de apresentar os interesses de cada participante da situação de intervenção;
- Operação pela diversidade de opções para a tomada de decisões (os serviços de assistência operam uma gama de medidas para a regulamentação dos direitos dos pais e colocação da criança, com a preocupação de manter as chances de restaurar a família de origem).

**Tabela 2 - Discursos tradicional e pós-moderno de política de proteção à criança**

<b>Critérios de comparação</b>	<b>Discurso tradicional</b>	<b>Discurso pós-moderno</b>
Conceituação de infância	Preparação para o futuro, período de socialização intensiva	Vida da criança aqui e agora
Papel dos pais e critérios chave para a avaliação dos pais	Atores-chave da criação da criança e sua integração à sociedade.	Laço emocional, concessão de uma experiência de autonomia e proteção da vida privada do indivíduo.
Papel dos serviços sociais na proteção da criança	Controle e monitoramento das famílias, intervenção em tempo	Trabalho preventivo em tempo, processo de mediação, trabalho para chegar a um consenso.

### **Ordem legal da tomada de decisões na intervenção em crise.**

A experiência de países desenvolvidos justifica a importância de procedimentos transparentes de tomada de decisão no caso de intervenções em crise quando os serviços de assistência indicarem argumentos pró e contra para a remoção da criança de sua família. Em países de perfil anglo-saxão de proteção à criança, essa transparência é oferecida pela ordem legal: o tribunal revisa o caso e promove a argumentação entre os serviços de assistência e os pais, prevenindo, assim, a arbitrariedade contra a criança<sup>10</sup>. Em países com perfil nórdico de proteção à criança, o apelo ao tribunal é visto como um último recurso: Os serviços de assistência devem apresentar seu plano de intervenção posterior frente a crianças e pais a um órgão especial interdisciplinar e interdepartamental antes de tomar a decisão de remover a criança, e o papel principal dos serviços de assistência é o de oferecer uma decisão aceitável para todos os participantes do caso. No caso da discordância dos pais com a decisão dos serviços de remover a criança, ajuda legal aos pais é oferecida, assim como a ordem legal para a exploração do caso<sup>11</sup>.

Uma das grandes falhas da legislação russa é a falta de ordem legal nos casos relatados de remoção de crianças das famílias e transferências de crianças de um tipo de instituição para outro. De

acordo com o artigo 77 do Código de Família, para o bem de sua segurança e saúde, a criança deve ser removida por oficiais de uma comissão responsável por sua custódia e guarda. Esses oficiais são aqueles que apresentam a denúncia à promotoria. Por sete dias, a Comissão tem que preparar o pedido ao tribunal, determinando a limitação ou extinção dos direitos dos pais. Em outubro de 2008, o parlamento russo discutiu emendas ao Código de Família. A principal sugestão foi a de mudar os procedimentos para remoção da criança e introduzir a ordem legal, ao invés das regras em vigor que dão uma autoridade illogicamente ampla para as comissões, mas essa emenda não foi aceita. No entanto, a falta da ordem legal não é sentida apenas no caso da tomada de decisões em relação à remoção de crianças.

Essa falha é a questão mais importante para crianças colocadas em lares de atenção. De acordo com a legislação, o guardião legal da criança sob cuidados é a autoridade do lar de atenção. A autoridade da instituição toma a decisão sobre a transferência de crianças para uma clínica de tratamento mental e sobre a transferência de crianças de uma instituição para outra (normalmente de uma para crianças "normais" para outra de crianças com necessidades especiais, sendo que essas instituições não fazem parte das instituições de ensino regular).

Na República Tcheca, há dois mecanismos principais de tomada de decisão relacionados à proteção dos direitos da criança: A ordem legal (quando o tribunal toma a decisão) e um corpo consultivo que cobre todos os

<sup>10</sup> Cull L.-A., Roche J. (Ed.) The law and social work. Contemporary issues for Practice Palgrave, England, 2001

<sup>11</sup> Child and family policy Social policy in Denmark, Ministry of Social affairs February, 1995

órgãos de proteção social e legal dos direitos das crianças estabelecidos pelas autoridades locais. O Ministro da Saúde e Ação Social certifica a implementação de vários tipos de assistência a famílias e crianças. A remoção de crianças pode ser implementada pelos serviços sociais e pela polícia. Em ambos os casos, o julgamento pelo tribunal é necessário. O risco de adoção de serviços supérfluos cresceu depois de o novo Ato legal sobre a prevenção de violência doméstica ser implementado (Zákon na ochranu před domácím násilím) em 2007. De acordo com esse ato, a polícia teria o grande poder separar o agressor da família, limitar o contato direto entre pais e crianças através da remoção da criança da família, etc. Mas, de alguma forma, a ordem legal limita possíveis atitudes arbitrárias por parte da polícia.

Nos dois países, a rede de instituições destinadas a cuidar dos interesses da criança não está desenvolvida. O apoio à criança deve ser baseado em um sistema de instituições de vários níveis que garantem o direito da criança ser ouvida (como exemplo, a instituição dos guardiões, na Alemanha<sup>12</sup>) e esse sistema depende prontamente de profissionais que levem a opinião da criança em consideração. Essa posição pode ser tomada por profissionais no caso de um

contexto que estabeleça o discurso pós-moderno sobre os direitos da criança<sup>13</sup>.

### **Situação legal da criança no processo de intervenção legal**

A comparação entre a regulamentação da Rússia e da República Tcheca identifica uma condição a mais da prevenção de falta de necessidade dos serviços de assistência – a situação legal da criança, que determina o direito da criança ser ouvida. A legislação russa não oferece garantias suficientes para o direito da criança de ser ouvida em tais circunstâncias. Menores de idade (a idade da maioridade legal é de 18 anos, com exceção apenas de menores casados e em caso de emancipação por contrato de maiores de 15 e menores de 18 anos) são vistos como legalmente incapazes, ou parcialmente legalmente incapazes, o que significa que eles não poderiam expressar seus próprios interesses, precisando, então, de um representante legal.

O direito de ser ouvido depende da sugestão da comissão de custódia e guarda. Se a comissão considerar que a presença da criança perante o tribunal pode ser traumática, ela pode não ser convidada a participar do processo de tomada de decisão. O direito de ser ouvido é extremamente limitado para a criança colocada em lares de atenção. O representante legal dessas crianças é o responsável pelo lar de atenção e não há nenhum serviço independente em defesa da criança sob custódia do poder

<sup>12</sup> Stötzel M., Fegert J.M. The Representation of the Legal Interests of Children and adolescents in Germany: A Study of the Children's Guardian from a Child's Perspective //International Journal of Law, Policy and the Family 2006 20(2) pp. 201-224

<sup>13</sup> Forsberg H., Vagli A. The social construction of emotions in child protection case-talk // Qualitative social work, No 5(1), 2006. P.9 -31

público. Em muitos casos nos quais voluntários identificaram violação dos direitos da criança em instituições, não havia opções para chamar autoridades com as quais se pudesse contar. A maior parte desses casos refere-se à transferência da criança, principalmente do lar para um internato, para crianças com necessidades educacionais especiais, e dessa escola para um lar de atenção, para crianças com vários distúrbios de desenvolvimento<sup>14</sup>. A inadequação de tais decisões não pode ser refutada porque o monopólio da tomada de decisões de painéis especiais e a situação da criança impedem todas as tentativas de se usar a ordem legal para promover os interesses da criança.

Procurando seguir as recomendações das Nações Unidas e sugestões da CEDH, legisladores tchecos estabeleceram o direito da criança de ser ouvida por autoridades e requerem que esse ponto seja levado em consideração em vários atos: Na legislação sobre a família há a definição de que a criança tem direito ao acesso à informação e a apresentar seu ponto de vista relacionado a qualquer decisão tomada pelos pais (representantes legais) (artigo 31, *Zákon o rodině*<sup>15</sup>). O tribunal é obrigado a ouvir o ponto de vista da criança e evitar qualquer opressão pelos pais ou outras pessoas interessadas (o tribunal é responsável por criar condições para que a criança se posicione sem nenhuma

consequência para ela). Garantias suplementares para esse direito são oferecidas pela legislação referente a lares de atenção para crianças (*Zákon o výkonu ústavní péče*, 2002).

A proteção à situação da criança na legislação tcheca solidifica o significado dos procedimentos legais para a tomada de decisões em casos como a remoção de crianças da família, a limitação de direitos dos pais, a colocação de crianças em instituições, a transferência de crianças de uma instituição para outra, e etc. Se a criança tem o direito de ser ouvida, esse direito só pode ser implementado durante o processo legal. E se os processos legais forem falhos nas tomadas de decisões relacionadas à remoção de crianças e à limitação de seus direitos em situações posteriores, não há garantias para a concessão do direito de ser ouvido.

Na República Tcheca, a situação legal da criança é garantida independentemente da posição de representatividade legal da criança (não importa quem sejam os representantes: pais, pais adotivos, guardiões, etc. – a lei fornece garantias iguais para crianças sob vários tipos de custódia). Assim, crianças de famílias biológicas, famílias substitutas e lares de atenção têm aproximadamente padrões iguais de proteção aos direitos, mas os procedimentos relacionados à implementação desse direito ainda não estão claros para os profissionais do serviço social.

A outra diferença significativa entre a legislação russa e tcheca é a limitação dos direitos dos pais e a definição do status dos pais em caso de remoção da criança. Na República Tcheca, os pais, na maioria

<sup>14</sup> Shmidt V. Orphan care in Russia Social work and society, 2009  
[http://www.socwork.net/2009/1/special\\_issue/schmidt\\_last\\_update](http://www.socwork.net/2009/1/special_issue/schmidt_last_update) 18.06.2010

<sup>15</sup> In the same article of this law parents' responsibilities and child right to be heard are established

dos casos, mantêm seus direitos e as oportunidades de restabelecer seus direitos completamente. Crianças colocadas em instituições ficam parcialmente sob responsabilidade dos pais, e dessa maneira, a violação à autonomia da criança é reduzida. Na legislação russa, não há garantias especiais de manter parcialmente os direitos dos pais para crianças removidas das famílias e colocadas em instituições.

### **Regulamentação da responsabilidade dos serviços de assistência**

Países desenvolvidos demonstram uma história longa e fértil de regulação da responsabilidade dos serviços de assistência. A responsabilidade dos serviços de assistência oferece condições para que se considerem perspectivas para uma posterior reunificação da família biológica, porque no caso de um excesso de intromissão por parte dos serviços de assistência frente à criança, a família poderia ser reconhecida como tendo mais potencialidades. A intervenção em crise requer a identificação dos serviços de assistência e órgãos autorizados para tomar decisões urgentes a respeito de intervenções em famílias. Em países diferentes, os serviços sociais, os tribunais, as promotorias e a polícia podem ser designados para essa função. A legislação identifica os limites de poder dos serviços de assistência e a responsabilidade por decisões relacionadas a intervenções em crise<sup>16</sup>.

As legislações da Grã-Bretanha, países escandinavos e Alemanha controlam a responsabilidade dos serviços de assistência pelas deficiências nos esforços no estágio preventivo. No entanto, na República Tcheca e na Rússia, essa direção da regulamentação não se apresenta num nível apropriado.

Apenas no ponto 21 da assembléia plena nº 10 da Suprema Corte da Federação Russa fica definido que: “Os tribunais não devem deixar de lado fatos de decisões fora do prazo da Comissão de Custódia e Guarda relativos à remoção da criança ou ao direito dos pais. O feedback dos tribunais deve ser dado, nesses casos, em resposta a recursos/agravos de instrumento”. Essa recomendação é a única, e é uma particularmente fraca tentativa de se estabelecer a atividade do sistema de Comissões no monitoramento e garantia da continuidade entre o estágio do trabalho preventivo e o estágio da intervenção em crise. Tal opção não é comumente usada pelos tribunais porque elas não têm critérios claros para avaliação da capacidade dos pais e das ações dos serviços sociais.

A ordem de coleta de informações sobre a violação dos direitos das crianças e jovens é estabelecida na lei federal 120, que trata de fundamentos de negligência à criança e prevenção à delinquência. O artigo 9, ponto 2, distribui obrigações entre os vários órgãos responsáveis: Promotoria – sobre a violação de direitos e liberdades dos jovens; autoridades e comissões locais – sobre violação de

<sup>16</sup> Stein T.J.(1996) O ato da adoção e das famílias seguras: Criando uma falsa dicotomia entre o direito dos pais e o das crianças, *Families in*

*societies: A Revista dos Serviços Humanos Contemporâneos*, vol.81, Número 6, p. 586-592 (Tradução Livre)

direitos à educação, abrigo, lazer e outros, e deficiências em serviços e atividades de órgãos focados na prevenção de negligência e delinquência (nessa parte significa que esses serviços deveriam se auto-monitorar, porque em nível local, as comissões sobre assuntos envolvendo questões referentes a crianças e jovens são responsáveis pelo trabalho preventivo); comissões sobre guarda – identificar jovens negligenciados ou vivendo com a família, em risco de vida, saúde ou impedidos de serem criados de maneira apropriada; departamentos de proteção social – identificar famílias que precisam de ajuda financeira. Essa divisão produz problemas para toda a avaliação da situação da família. Se for o caso de violência contra a criança, a situação poderia ser analisada pela promotoria e a polícia, e outras fontes de informação relacionadas a problemas da família poderiam ser descartadas. Essa ordem molda a situação na qual o impacto da vida pregressa da família não seria levado em consideração.

A falta de divisão entre a vida privada e a assistência pública previne o desenvolvimento de fundamentação legal das responsabilidades dos serviços de assistência na Rússia moderna. O artigo 9, ponto 4 da Lei Federal 120, que trata de fundamentos de negligência à criança e prevenção à delinquência, normatiza o grau de responsabilidades dos pais e serviços sociais: funcionários públicos, pais ou representantes legais têm responsabilidade pela violação dos direitos de crianças e jovens e pelo não cumprimento (ou cumprimento deficiente) de obrigações relacionadas à

criação ou educação de acordo com a ordem dos temas legislação da Federação Russa. Essa determinação pode ser interpretada como obrigação primordial dos pais, não dos serviços sociais. Se os pais não cumprem suas obrigações, os serviços sociais, geralmente com poucos recursos, seriam obrigados a fazê-lo. Essa posição confronta a abordagem restritiva de remoção da criança e extinção dos direitos dos pais na Rússia moderna.

A extinção total dos direitos dos pais não é típica na prática de atenção à criança na República Tcheca. Então, a regulamentação da responsabilidade dos serviços de assistência é convocada para a melhora do estágio de trabalho preventivo, mas na Rússia, lacunas nessa regulamentação influenciam a arbitrariedade dos serviços de assistência em relação aos pais e seus direitos. A estrutura institucional da CPP na Rússia é caracterizada pela unificação de funções. Por exemplo, as comissões de custódia e de guarda implementam decisões relativas a várias situações (e não apenas em relação a crianças e jovens, mas também idosos e pessoas com problemas mentais), de acordo com a Lei de Custódia e Guarda. Esse acúmulo de funções limita as opções de trabalho preventivo. Na República Tcheca, a estrutura organizacional desenvolve-se de maneira oposta. Há um alto grau de especificidade de serviços e, ao mesmo tempo, uma grande falta de relação entre eles<sup>17</sup>. Ambas as situações produzem muitas limitações para que os

<sup>17</sup> Rychlík D. (2008) Jak se změnila činnost sociálních pracovníků v sociálně-právní ochraně dětí? Právo a rodinná, 16 05

profissionais tenham um nível de consciência reflexiva sobre os limites e possibilidades de suas posições. São essas as condições que oferecem o desenvolvimento de um conceito de responsabilidade dos serviços de assistência e sua colocação em prática.

### Opções de estratégias para intervenção em crise

A análise da experiência de intervenção em famílias existente em países diferentes identifica várias opções para especialistas nesse caso, no qual manter a criança na família não é seguro. Essas opções podem ser classificadas de acordo com o tratamento à criança e aos pais (ver Tabela 3).

**Tabela 3 - Estratégias de intervenção em situação de crise**

Opções de intervenção com crianças	Opções para os pais
<p>Tiradas da família e colocadas em lares de atenção (abrigos, lares para crianças, internatos)            Tiradas da família e colocadas com famílias provisórias;            Tiradas da família e colocadas em casa de parentes;            Mantidas na família;            O regime de lares semi-adoptivos em alguns países é possível quando a criança pode ser colocada em centros especiais durante o dia, mas passar a noite com a família biológica, ou outras formas de mistura entre lares de atenção e tipos de família.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investigação criminal relacionada a casos de abuso e negligência;</li> <li>• Tratamento dos direitos da família</li> <li>• Limitação temporária dos direitos dos pais;</li> <li>• Limitação parcial dos direitos dos pais;</li> <li>• Suspensão do direito dos pais;</li> <li>• Tratamento involuntário – os pais podem manter seus direitos apenas no caso de tratamento especial dependendo das características do caso (no caso de a criança poder ser mantida na família, isso seria referente às visitas à família. Em caso de remoção temporária, isso seria referente ao tratamento médico, psicoterapia, etc.);</li> <li>• Mediação como um processo que envolve três lados: criança, pais e serviços de assistência;</li> <li>• Tratamento voluntário – o primeiro sinal de situação insegura para a criança falhou, mas o serviço social recomenda aos pais que peçam algum tipo de assistência e no futuro, a (não) implementação dessas recomendações pelos pais será vista como (des) vantagem;</li> <li>• A ausência de intervenção junto aos pais – por exemplo, em alguns países, o adolescente com desvio de comportamento pode ser colocado em internatos especiais.</li> </ul>

As opções de estratégia total para a intervenção na família são formadas pela combinação entre intervenção junto às crianças e tratamento dos pais. Por exemplo, na Grã Bretanha, todas as

opções estão disponíveis e o juiz pode apontar várias combinações de opções<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Dickens J.(2008) Bem-estar, Lei e Gerenciamento, *Revista de Serviço Social*, Vol. 8, No. 1, 45-64

A presença de várias opções oferece uma solução eficiente para o dilema “direito à privacidade v. direito de ser salvo”. A escolha de opções pode ser regulamentada pelo julgamento em tribunal competente por decisão da promotoria ou decisão do serviço social. Em qualquer caso, o serviço social deve apresentar sua posição sobre o que é mais favorável. A opinião dos serviços sociais torna-se o fator-chave para as ações dos outros participantes.

Em alguns países, a escolha de opções depende totalmente dos resultados da avaliação da família e da criança, mas em outros, depende também da ação dos serviços de assistência (como na Grã-Bretanha e países escandinavos). O mais importante é que tal tomada de decisão está relacionada não só aos direitos da criança e deveres dos pais, mas às obrigações dos serviços de assistência, também. Durante o processo de tomada de decisão, as responsabilidades dos serviços de assistência são identificadas pela avaliação de suas ações antes do aparecimento do caso, do desenvolvimento do plano de ação e sua implementação a partir do momento em que a decisão tenha sido tomada. A CEDH recomenda a avaliação das ações dos serviços de assistência através de um teste de avaliação de suficiência de esforços. A falta de ações em casos de remoção de crianças pode ser a causa da restrição dos serviços de assistência<sup>19</sup>. Assim, em países desenvolvidos e em julgamentos da Corte Europeia, a escolha de opções depende da prévia avaliação

de ações dos serviços de assistência. Essa ligação garante a continuidade entre o trabalho preventivo e a intervenção em crise.

Há uma ligação direta entre a regulamentação da avaliação dos serviços de assistência e o uso de diversas opções de tratamento de pais e crianças. Em países com uma tradição de avaliação do impacto das ações dos serviços de assistência no aparecimento de crises, juízes e outros profissionais preferem operar pela variedade de opções de tratamento de crianças e pais. O contrário acontece em países em que há a falta de regulamentação da responsabilidade dos serviços de assistência, onde a tomada de decisão é subordinada a limitadas opções. A Rússia e a República Tcheca podem ser identificadas como países da segunda categoria.

### **Regulamentações de intervenção em famílias**

Os fundamentos legais relativos à variedade de opções de intervenção com crianças e famílias estão explicados na Lei Federal 120 sobre os fundamentos de prevenção à negligência e delinquência (sistemy profilaktiki beznadzornosti i pravonarusheni nesovershenoletnich, 1999). Essa lei é baseada na definição “jovem em situação socialmente insegura”, o que significa que “esta pessoa está em circunstâncias inapropriadas para as necessidades de um adolescente, seja em perigo de saúde ou em situação não relevante às demandas educacionais em consequência de negligência e falta de

<sup>19</sup> Relatório Anual de 2002, Registro da Corte Europeia de Direitos Humanos, Estrasburgo, 2003, pp. 64-65

cuidados, ou ação comprometida com contravenções ou comportamentos anti-sociais". Assim, a lei equaliza a situação de negligência e casos de delinquência e o presente sistema de proteção à criança oferece maneiras similares de intervenção – lares de atenção para crianças desprovidas de cuidados dos pais – lares para crianças, para crianças abaixo de 14 anos que cometeram delitos – internatos especiais. Então a lei define “a família em situação de insegurança social” como “a família com o jovem em insegurança social e/ou a família em que os pais (representantes legais) não cumprem suas obrigações relacionadas à criação, educação e cuidado, ou influenciam o jovem negativamente.” Assim, a compreensão da família com necessidades é totalmente dirigida às necessidades da criança, é por isso que as questões pessoais dos pais são levadas em consideração apenas no contexto das necessidades da criança.

A seguinte definição dessa lei “intervenção preventiva individual” identifica que os objetivos dos serviços sociais também se referem ao perfil da política paternalista. “a intervenção preventiva individual é o sistema de ações direcionadas à identificação prévia de jovens e famílias em situação de risco social, à reabilitação sócio-pedagógica e/ou prevenção de comportamento transgressor da lei por adolescentes.” A lei descreve as principais opções de tais intervenções focadas na colocação da criança ou jovem em uma instituição assistencial competente. A lei enfatiza a natureza involuntária da intervenção preventiva individual no artigo 6: a intervenção individual preventiva pode

ser implementada pela autoridade judicial, julgamento ou resolução; a resolução da comissão de questões relacionadas aos jovens, do promotor, do investigador ou do encarregado do gabinete de questões internas; relatório de encarregado ou comissão competente (vara de família e questões infantis, juvenis, etc. – de acordo com a autoridade local específica) baseada em resultados do exame de uma lista de reclamações ou outras informações relevantes ao caso. A intervenção pode ser iniciada a pedido da criança ou do pai ou mãe (representante legal ou outro parente), mas o conteúdo da intervenção não muda: na maioria das vezes será a colocação em um lar de atenção.

A adequação de intervenção involuntária estabelecida pela lei é validada no artigo 5, que define os padrões de comportamento de jovens, dando argumentos para a implementação de uma estratégia restritiva. O conjunto desses padrões é relativamente grande. A prevenção da crise de família quando a intervenção antecipada é possível não está regulamentada por essa lei e não está inclusa na série de ações obrigatórias para os serviços de assistência, assim, o critério para a eficiência dos serviços de assistência no contexto do discurso pós-moderno (a eficiência da prevenção à destruição da família) é falho em nível legal.

Na República Tcheca, a lei sobre proteção socialmente-legal da criança foi também estabelecida em 1999 (Zákon o sociálně-právní ochraně dětí). O principal dessa lei, de acordo com o primeiro artigo, é a sustentação de vários esforços para a sobrevivência da família

(§1, od. 3). A prioridade da criação pela família biológica ou por parentes está correlacionada a alguns artigos da Lei de Família [Zákon o rodině, 1999].

A lei tcheca identifica quatro grupos para a intervenção especial:

- Crianças transferidas da família biológica para outras pessoas no caso de haver deficiências de cuidado por parte dos pais;
- Crianças e adolescentes em conflito com a lei e apresentando comportamento anti-social (negligenciando as tarefas escolares, dependentes químicos, etc.)
- Fugitivos da família ou de representantes legais ou instituições;
- Jovens menores de idade contra os quais algum crime tenha sido cometido [Zákon o sociálně-právní ochraně dětí, 1999, od. 6]

Todas as medidas relacionadas à intervenção com crianças e famílias são divididas dentro dessa lei, em três categorias: o trabalho preventivo geral; a identificação, em tempo, de crianças com necessidade de assistência preventiva primária; o monitoramento de crianças colocadas em instituições e famílias. A educação da família, a organização do tempo de lazer dos jovens e uma abordagem individual da assistência familiar estão estabelecidas como obrigações de autoridades locais e federais. A intervenção primária inclui vários métodos: conferências de família, serviços de visitação à família, aconselhamento individual de crianças e pais. A intervenção pós-crise é dividida na lei em várias opções relativas ao tipo de colocação da criança.

Outro tipo de ligação determinante da continuidade entre estágios é a regulamentação da comunicação entre a criança e pais no período em que a criança está separada da família. Essa regulamentação refere-se à decisão sobre o tratamento de crianças e pais. A comunicação entre crianças e pais pode ser

- Proibida até o julgamento pelo tribunal;
- Limitada pelo número e duração de encontros;
- Livre, mas sob serviço de monitoramento regular.

A escolha do regulamento para a comunicação entre a criança e os pais é estipulada pela escolha prévia de intervenção entre pais e criança. Isso denota que o significado central do direito à privacidade e da vida em família, e a manutenção do laço entre a criança e os pais pode ser garantido apenas em caso de apoio à variedade de estratégias de intervenção. De acordo com o critério de comunicação entre crianças e pais, as legislações tcheca e russa são bem diferentes. Na Rússia, os pais perdem todos os seus direitos, e a comunicação com a criança é extremamente limitada, mas na República Tcheca há a forma de adoção na qual os pais biológicos mantêm parte dos direitos e têm chances de restaurar esses direitos. Assim, a legislação tcheca não proíbe a comunicação, mas os assistentes sociais das instituições e autoridades locais praticamente não implementam esforços especiais dirigidos à reunificação das famílias.

### Opções de intervenção com crianças

O principal argumento para justificar a variedade de opções para a criança é a aceitação de que há um conflito entre os dois direitos mais importantes, o direito à privacidade e à vida em família e o direito à segurança. As formas de colocação em família como a adoção, a reunificação da família biológica e o cuidado por alguém com algum grau de parentesco ajudam na garantia do direito à privacidade e da vida em família. Mas um lar de atenção bem organizado, um lar provisório e a custódia de não-parentes sob uma supervisão mais rígida dos serviços sociais melhor garantem o direito à saúde e à sobrevivência<sup>20</sup>. As formas de colocação focadas na família são mais arriscadas devido à limitação do acesso à família pelos serviços de assistência, mas os serviços públicos e cuidadores profissionais têm limitações na garantia da autonomia e da confidencialidade, que também são importantes para o desenvolvimento da criança. Alguns especialistas do Reino Unido consideram que todas as formas de colocação da criança podem ser justificadas, e a diversidade é mais razoável que a prioridade de algumas formas<sup>21</sup>. A variedade de opções para a colocação da criança reflete a aceitação pelos profissionais de todos os riscos que envolvem o dilema “vida privada v. segurança”.

É importante enfatizar que nas legislações da Rússia e da República Tcheca essa idéia não foi totalmente aceita. Na legislação russa é enfatizado que a adoção tem a prioridade entre as formas de colocação da criança (artigo 124, do Código de Família). Na legislação tcheca, a colocação em casa de parentes é vista como uma das melhores opções no caso da impossibilidade de a criança ficar com os pais biológicos. A preferência por formas de colocação familiar focadas na “privacidade”, em ambas as legislações, não significa que o valor da privacidade tem sido totalmente aceito nesses países. Isso se deve ao aumento no número de crianças colocadas em instituições na Rússia e na República Tcheca nos últimos anos, também significa que os riscos de violação à autonomia da criança e de limitação do potencial dos pais de ter a criança de volta são dominantes. A outra razão para se duvidar da intenção das autoridades russas para promover a vida privada através do incentivo à adoção é a argumentação em favor da adoção apresentada pelas autoridades. Assim como nos Estados Unidos, muitos servidores públicos consideram a adoção a opção mais barata para crianças privadas do cuidado dos pais. Diferentemente de cuidadores provisórios ou lares de atenção, a adoção, na opinião desses servidores públicos, não requer serviços especiais para as crianças e as condições para a criação dessas crianças seriam similares às condições na família biológica. Mas na Rússia moderna, diferentemente dos EUA, ninguém fala do fato de que quando as autoridades apóiam a adoção, há um avanço no sentido de cortar

<sup>20</sup> Munro E.R., Ward H. (2008) O equilíbrio entre o direito dos pais e o de crianças muito pequenas em procedimentos de atenção: A tomada de decisões no contexto do Ato dos Direitos Humanos, 1998, *Child and Family social work*, No 13, pp. 227-234

<sup>21</sup> M. Ryburn (1994) *Adoção Aberta: pesquisa, teoria e prática*, Grã-Bretanha, Editora Ashgate

verbas dos serviços sociais dirigidos somente às famílias, eles não pensam sobre a melhor forma de conceder os direitos.

Na República Tcheca, o status do cuidado por família temporária é um tanto quanto contraditório. Por um lado da legislação, esse tipo de guarda é visto como uma maneira de minimizar o impacto negativo dos lares de atenção na situação de perda da criança<sup>22</sup>. Por outro lado da concepção da política de família, o cuidado por família temporária é identificado como a opção de colocação para aquela criança que não poderia ser adotada (por razões diferentes daquelas na Rússia – primeiramente pela relutância dos pais em abrir mão de seus direitos sobre os filhos). O cuidado profissional é uma idéia particularmente nova para o serviço social da República Tcheca. Esse tipo de serviço social não está ligado a outras formas, o que é mais importante no estágio de trabalho preventivo com famílias e no estágio de cuidado pós-crise. A definição de guarda temporária por família provisória (*pěstounské péče*) é focada em formas de cuidado provisório individual ou em grupo: aldeias infantis, pequenos lares para crianças também são vistos como formas de guarda provisória<sup>23</sup>.

A divisão entre colocação de crianças sob cuidados do poder público ou sob cuidados de parentes de sangue baseia-se em alguns fatores. Primeiramente,

assistentes sociais podem ser dirigidos pela idéia de encontrar a opção que mais se aproxima do lar da família (como na República Tcheca). Em segundo lugar, assim como na Grã-Bretanha, os assistentes sociais podem escolher a colocação de acordo com os resultados da avaliação do distúrbio na relação com a família (se ficasse estabelecido que a criança é vítima desse distúrbio, os tomadores de decisão prefeririam colocar a criança em uma instituição de assistência social). Em terceiro lugar, nos EUA a criança pode ser colocada na casa de parentes, se essa família demonstrar a intenção de ter a custódia dessa criança. A guarda parcial é concedida, na maioria das vezes em casos de intervenção em famílias com filhos com necessidades especiais ou em famílias de comunidades de minorias.

A relação entre a idade da criança e a distribuição de diferentes formas de colocação em famílias evidencia que mais da metade das crianças colocadas em famílias substitutas tinha mais de 7 anos (59,7% do número total de crianças colocadas na Rússia). Mas o número de crianças da mesma idade colocadas em instituições era mais que 1,3 vezes maior que o número de crianças colocadas em famílias. Já em relação às crianças menores de 7 anos, aproximadamente o mesmo número de crianças foi colocado em instituições e famílias substitutas. As crianças menores de 7 anos são adotadas ou têm a guarda concedida a não parentes, mas a forma predominante de colocação para crianças maiores de 7 anos continua sendo a guarda por parentes – 73,6% de todas as crianças colocadas em famílias dessa idade

<sup>22</sup> Spešiánová S.(2009) Práva a povinnosti pěstounů při zajištění zdravotní péče o děti svěřené do pěstounské péče, *Pravo a rodinna*, 10, S.1-6

<sup>23</sup> Alena Michalová (2008) Vznik pěstounské rodiny v praxi *Pravo a rodinna* 22 01

tiveram a custódia concedida a parentes<sup>24</sup>.

Ambos os países diferenciam-se por uma atitude particularmente negativa em relação a lares de atenção e, ao mesmo tempo, há a dominância dessa forma de colocação de crianças quando comparados a outros países. A colocação em instituições na Rússia contemporânea leva a muitos riscos de violação do direito à vida privada. No que diz respeito à autonomia da criança, lares de atenção tendem a remover crianças de instituições com melhores opções de educação e chances futuras de emprego para colocá-las em instituições com possibilidades limitadas ou até com total impossibilidade de suprir suas necessidades educacionais. As crianças podem ser colocadas em clínicas de saúde mental e, de acordo com a opinião de especialistas independentes, sem motivos suficientes<sup>25</sup>. Na República Tcheca, a principal consequência negativa da colocação em instituições é a redução das chances de a criança ser colocada em uma família<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> Federal agency Russian Education (2007). *Data about children and adolescents without parental care*, Forma No 103-RIK, Federal state statistic observation, Moscow: Rosobrazovanie

<sup>25</sup> The interview with the head of the Department of clinical psychology of The centre of mental health, Russian Academy of medical sciences Sergey Enkilopov, the <http://www.nashi-deti.ru/interviews/10/>, the date of last appeal is 12.03.2009

<sup>26</sup> Novotná Vera (2008) Sociální práce s rodinou při poskytování sociálně-právní ochrany dětí Pravo a rodina 1 08

## Regulamentação dos direitos dos pais

A principal questão referente à regulamentação dos direitos dos pais é o equilíbrio entre a responsabilidade de pais e serviços no cuidado às crianças. A relação de obrigações e deveres dos pais é imensa, e as questões a serem colocadas são “Os pais podem ou não cumprir todos os deveres?” e “O não cumprimento dos deveres significa que os pais devem ter seus direitos limitados?” Duas abordagens diferentes respondem a essas perguntas. Uma delas, tradicional, enfatiza o dever da família de satisfazer todas as necessidades da criança, pois a família tem acesso a serviços públicos, benefícios, etc. (ou por a família ser o melhor ambiente para o crescimento da criança). Mas outra abordagem enfatiza a impossibilidade de se satisfazer todas as necessidades da criança, o que significa que os serviços sociais são obrigados a assistir as famílias<sup>27</sup>.

Em nível legal, na República Tcheca contemporânea, a regulamentação dos direitos dos pais diz respeito às formas de colocação de crianças a ser seguido e ao “grau” de probabilidade de manter os direitos dos pais no futuro. Assim, juízes e assistentes sociais operam pelo “repertório” de medidas de limitação dos direitos dos pais. A lei identifica três níveis principais de limitação dos direitos dos pais:

- Suspensão dos direitos dos pais (*pozastavení rodičovské zodpovědnosti*);

<sup>27</sup> *Balancing family centered services and child wellbeing* (2001) Ed.: E. Walton, P. Sandau, Beckler, M. Mannes. Columbia University Press New York

- Limitação dos direitos dos pais (*omezení rodičovské zodpovědnosti*);
- Extinção dos direitos dos pais (*zbavení rodičovské zodpovědnosti*)<sup>28</sup>. Na tabela 4 é feita a descrição de cada forma.

**Tabela 4 - Opções de limitação dos direitos dos pais na República Tcheca**

Forma de limitação, bases para implementação, referência na legislação	Posterior colocação da criança ou garantia dos direitos da criança
<p><b>Suspensão de direitos dos pais</b><sup>29</sup>. Causas objetivas (estado de saúde dos pais, ausência necessária) A lei sobre a família §34, art. 2, §44 art. 1, §78</p>	<p>O julgamento seguindo as recomendações dos serviços sociais aponta o guardião temporário para a criança (<i>poručník</i>).</p>
<p><b>Limitação dos direitos dos pais.</b> Os pais (ou um dos pais) não cumprem deveres específicos (por exemplo, relativos à educação da criança) devido a causas objetivas ou razões internas; há o conflito insolúvel entre o interesse da criança e dos pais na esfera particular. A lei da família §44, Art. 2, §83</p>	<p>O julgamento sob as recomendações dos serviços sociais apontam o cuidador (<i>opatrovník</i>), que é responsável pela esfera particular dos direitos da criança. Os juízes, de acordo com a legislação, devem dar preferência a conceder o status de cuidador a um dos parentes. Mas em vários casos, o status de cuidador é concedido aos serviços sociais.</p>
<p><b>Limitação dos direitos dos pais</b> Nas ações dos pais, os serviços sociais e o judiciário identificam más intenções, abuso de crianças (crianças sofrendo maus tratos); crimes contra crianças ou envolvimento de crianças em ações criminosas. §44, Art. 3 De acordo com a legislação tcheca, os direitos dos pais são extintos a partir do momento em que os pais adotivos assumem os direitos de pais (Lei da Família, Artigo 44)</p>	<p>A criança pode ser colocada na futura família adotiva antes da decisão do tribunal (com o consentimento dos pais adotivos em potencial). Se os pais biológicos não concordam e não há base para a extinção involuntária dos direitos, a criança pode ficar em uma família substituta, ou pode ser colocada de volta na instituição.</p>

<sup>28</sup> Nová H. (2008) Rodičovská zodpovědnost v českém právu *Právo a rodina*, no 7, S.19-26

<sup>29</sup> The legal regulations of the *abeyance of parental rights* were adopted by Czech legislators from German legislation, and this form doesn't implement often. The similar norm is done in the 10<sup>th</sup> decision of the Supreme Court plenary assembly, 1997, but in both countries this form of parental rights regulations is not common used.

Indiretamente, no artigo 26 (Lei da Família) e em experiências de decisões judiciais, há vários critérios para a avaliação da habilidade dos pais de criar a criança: Características pessoais dos pais (entendimento da realidade; habilidade “de dar e receber” no relacionamento, competências psicológicas); atitude dos pais com a criança (amor vital, a habilidade de lidar com atitudes egoístas em relação à criança); moralidade e normas morais implementadas pelos pais; respeito ao direito dos outros parentes de participar da criação da criança; atitude da criança em relação aos pais; posição dos pais em relação à identidade sexual da criança; base educacional; posição dos outros parentes, idade da criança, etc.<sup>30</sup>

É possível concluir que as bases legais para a proteção dos direitos da criança e dos pais na República Tcheca moderna distinguem-se pela consistência significativa entre o estágio da intervenção na crise e a intervenção pós-cuidados. A diversidade de regulamentação de direitos dos pais permite o uso da limitação de direitos dos pais de maneira razoável, além de manter as chances da reestruturação da família, da restituição de direitos dos pais e do retorno da criança à família<sup>31</sup>. Uma diminuição de consistência entre o estágio de intervenção preventiva e tratamento em crise limita o desenvolvimento de lares provisórios e

serviços focados na visitação familiar. Apenas uma pequena quantidade de crianças é colocada em centros de adoção provisórios. As autoridades preferem colocar as crianças em lares infantis tradicionais<sup>32</sup>.

Os procedimentos de extinção dos direitos dos pais na Rússia são estabelecidos pelo artigo 70 do Código de Família. A ordem da extinção dos direitos dos pais é um processo judicial com a participação de um promotor e de uma comissão do conselho tutelar. O artigo 71 descreve as conseqüências legais da extinção dos direitos dos pais relativos à perda total do direito de criar a criança, administrar suas propriedades, etc.

Os tribunais preferem extinguir os direitos dos pais e limitar as chances de restabelecê-los. A prática mostra que o pai ou mãe que perde seus direitos tem a possibilidade de fazer o pedido para o restabelecimento dos direitos apenas um ano ou mais, depois da decisão de extinção. Em 2006, apenas 1470 pais tiveram seus direitos restabelecidos, o que representa 2,3% do número total de pais que perderam seus direitos no mesmo período. Alguns especialistas consideram que os tribunais russos requerem um excesso de evidências de abuso e negligência e não fazem julgamentos suficientes, relacionados à extinção dos direitos dos pais. Mas outros enfatizam que os conselhos tutelares oprimem famílias e não cumprem a etapa de prevenção à situação de risco<sup>33</sup>. O número de crianças

<sup>30</sup> Jonáková Ir. (2008) Kritéria svěření nezletilého dítěte do výchovy *Pravo a rodina*, No12, S.4

<sup>31</sup> Novotná V. (2008) Novela občanského soudního řádu a spolupráce soudů a orgánů sociálně-právní ochrany dětí při výkonu rozhodnutí o výchově. *Pravo a rodina*, No 11, S.1-8

<sup>32</sup> MPSV, statistic data, 2007

<sup>33</sup> Schmidt V. (2008) Carência de implementações de obrigações paternas: seria esse o motivo para

cujos pais tiveram seus direitos limitados é muito menor que o número de casos de extinção dos direitos dos pais. Em 2006, esse número representava 5,3% do número total de crianças cujos pais perderam os direitos ou tiveram esses direitos limitados. A prática da limitação dos direitos dos pais não pode ser considerada necessariamente eficiente, já que apenas 18% dos pais com os direitos limitados tiveram esses direitos restabelecidos após 6 meses. As condições para as limitações dos direitos estão absolutamente relacionadas às condições de tratamento dos direitos dos pais. Normalmente, os pais têm acesso limitado para o contato com a criança e a implementação dos outros direitos é temporariamente interrompida. Assim, na Rússia, a regulamentação dos direitos dos pais é extremamente limitada e focada numa estratégia restritiva, a principal consequência disso é a falta de sentido de todas as tentativas de avançar em adoções provisórias ou serviços de visitação às famílias como medidas dentro do perfil da política de prevenção.

### Conclusão

De acordo com os critérios de consistência da Política de Proteção à Criança, a República Tcheca e a Rússia enfrentaram várias questões de coerência entre trabalho preventivo e intervenção junto às famílias. A Tabela 5 apresenta um esboço das atuais legislações tcheca e russa. Os dois países se concentram na

intervenção em crise como o principal meio de proteção à criança. O equilíbrio entre a autonomia da família e a segurança da criança ainda é algo difícil de ser atingido na República Tcheca e, aparentemente, algo impossível na Rússia. A questão em comum nesses países é a falta de responsabilidade por parte do serviço social tanto no estágio preventivo quanto na crise. Os serviços sociais não fazem parte da avaliação de tratamentos prévios junto a famílias realizados por tribunais e conselhos. A principal tarefa desses serviços é formulada no momento da remoção da criança de uma situação de risco. A falta de responsabilidade desses serviços e agravada pela deficiência de procedimentos de contestação: não há serviços especiais que forneçam assessoria legal aos pais. Essas particularidades (falta de responsabilidades e ausência de procedimentos de contestação da intervenção junto às famílias) resultam numa sobrecarga de serviços (na Rússia, os serviços responsáveis pela proteção à criança durante o estágio de crise recebem as tarefas referentes a questões de custódia de adultos civilmente incapazes e, na República Tcheca, esses serviços são responsáveis por apresentar aos tribunais a maioria dos casos de defesa de interesses da criança colocada em instituições). Talvez essa diferença de combinação de fatores minimize as diferenças das regulamentações legais dessa prática: Apesar da variedade de limitações dos direitos dos pais, na legislação da República Tcheca, comparada com a russa, a justiça geralmente opta pela extinção dos direitos dos pais. De um modo geral, os

---

ajudar os para limitar os direitos? (Tradução livre) Acesso: <http://www.regnum.ru/news/1045617.html>

tribunais e conselhos tanto tchecos quanto russos decidem muito mais freqüentemente pela extinção dos direitos ao invés da sua limitação parcial ou temporária.

A proteção à criança tcheca difere da russa pela ordem da tomada de decisões: na República Tcheca o grau de transparência é maior e o julgamento de processos é mais justo. No entanto, os dois países sofrem com as poucas opções para a colocação de crianças em novos lares, e os tribunais preferem decidir pelos lares de atenção – opção mais acessível. Em ambos os países, a segurança da criança é mais valorizada que a autonomia da família, mas de maneiras diferentes. A proteção a crianças russas poderia ser definida com mais agressiva em relação a “maus” pais e deficiências familiares. As leis visam à prevenção de situações de risco em termos de ameaças em potencial vindas da própria família. A abordagem da República Tcheca se concentra mais na impossibilidade da família de atender as necessidades da criança no que diz respeito à saúde e à educação. Os dois países carecem de uma complexa renovação de Políticas de Proteção à Criança com ênfase na autonomia da família, mas com diferentes focos na segurança da criança: na Rússia, ainda não há um entendimento positivo desses padrões e na República Tcheca, o conceito do direito da criança de ser ouvida ainda precisa ser definido. A proteção à criança russa limitou as intervenções em crises e na República Tcheca há uma ligação entre intervenção em crises e atenção pós-crise, mas ambos os países carecem de um trabalho

preventivo com as famílias biológicas. Talvez esse seja o motivo pelo qual o lar provisório como medida temporária de colocação de crianças em casos com alta expectativa de reunificação da família ainda não é bem desenvolvido.

A criação de alternativas aos lares de atenção e de um trabalho preventivo primário com famílias em risco não são suficientes para a transformação das Políticas de Proteção à Criança (CPP). Os casos da República Tcheca e da Rússia provam a necessidade de se pôr em prática reformas complexas que visem o equilíbrio entre a segurança da criança e a autonomia da família durante todos os estágios da intervenção junto às famílias. Esse mistério para uma eficiente política de proteção à criança deveria ser esclarecido de maneiras diferentes dependendo do histórico de cada país e de sua estrutura legal. A próxima tabela apresenta os fundamentos legais para a intervenção em crises junto à criança e à família nos dois países.

**Tabela 5 - Fundamentos legais para a intervenção em crises junto à criança e à família: República Tcheca e Rússia**

<b>Crítérios</b>	<b>República Tcheca</b>	<b>Rússia</b>
Ordem legal de tomada de decisões	Em todos os tipos de tomada de decisões relacionadas à vida da criança	Ausente na remoção da criança, transferência de instituição para instituição.
Situação legal da criança	Amparada pela lei em diferentes condições da vida infantil. No entanto, há carência de instituições que garantam o direito da criança de ser ouvida – conflito entre existência de normas e ausência da sua implementação.	Ignorada. Só há uma maneira de a criança apresentar seus direitos – através de seus pais como representantes legais, em casos referentes à guarda/atenção à criança, seu direito de ser ouvida é extremamente limitado.
Opções para as crianças: A distinção entre atenção pública e colocação familiar	Foram implementadas várias formas visando essa distinção.	Em 2008, o número de modalidades tinha sido reduzido a três principais categorias: adoção, custódia e lares de atenção (os lares provisórios foram excluídos das opções legais de acordo com a nova Lei de Custódia e Guarda).
Opções para os pais: A escala flexível de regulamentação dos direitos dos pais e regulamentação do tratamento pelos pais.	Alcance flexível da participação dos pais na vida da criança durante o período onde há limitação dos direitos dos pais.	Prioridade da extinção dos direitos dos pais.
Correlação entre intervenção junto à criança e os pais.	Nível moderado de correlação, o lar provisório é excluído da estratégia de reunificação familiar.	A correlação é falha.
Continuidade do estágio anterior, intervenção preventiva junto às famílias.	Inexistente	Inexistente
Continuidade para um estágio posterior, intervenção pós- crise	Atualmente: Os serviços de assistência tentam manter contato com os pais biológicos e manter oportunidades formais para a reunificação da família.	Inexistente

---

**Referências**

- Civil code of the Russian Federation (Grazhdansky kodeks Rossijskoj Federacii). 1994: Retrieved July 20, 2010 <http://www.interlaw.ru/law/docs/10064072/>
- Civil procedural code of RF. 2002 Retrieved July 20, 2010 <http://www.consultant.ru/online/base/?req=doc;base=LAW;n=84636>
- Family code of RF. 1994: Retrieved July 20, 2010 <http://www.semkodeks.ru/>
- Federal law FZ120 About grounds of neglect and delinquency prevention (Ob osnovach profilaktiki beznadzornosti i pravonarusheni nesovershenoletnich). 1997: Retrieved July 20, 2010 <http://base.garant.ru/12116087/>
- Legislation of Czech republic
- Ministerstvo práce a sociálních věcí ČR. 2007: Statistiky Retrieved July 20, 2010 <http://www.mpsv.cz/cs/7260>
- Ministry of Social affairs. 1995: Child and family policy. In Social policy in Denmark, February
- Zákon na ochranu před domácím násilím, 2006: Retrieved July 20, 2010 [http://portal.gov.cz/wps/portal/\\_s.155/701.cmd/ad/.c/313/.ce/10821/.p/8411?PC\\_8411\\_l=273/2008&PC\\_8411\\_pi=40&PC\\_8411\\_ps=10&#10821](http://portal.gov.cz/wps/portal/_s.155/701.cmd/ad/.c/313/.ce/10821/.p/8411?PC_8411_l=273/2008&PC_8411_pi=40&PC_8411_ps=10&#10821)
- Resolution of RF Supreme Court Assembly No 10 from 07.05.1998 About implementation of legal norms towards disputes about children upbringing solving by courts in: Bulletin of Supreme Court, No 7
- Zákon o rodině, č. 64/1963 Retrieved July 20, 2010: <http://www.zakonycr.cz/seznamy/094-1963-Sb-zakon-o-rodine.html>
- Zákon o sociálně-právní ochraně dětí, č. 359/1999: Retrieved July 20, 2010: <http://zakony-online.cz/?s149&q149=all>
- Zákon o výkonu ústavní výchovy nebo ochranné výchovy, č. 109/2002 Retrieved July 20, 2010: <http://www.msmt.cz/dokumenty/zakon-o-vykonu-ustavni-vychovy>